

Médicos e o Estado: entre projetos e alianças em Teresina (1930 -1940)¹

Médicos y Estado: entre proyectos y alianzas en Teresina (1930 -1940)

Doctors and the State: between projects and alliances in Teresina (1930 -1940)

AUTORES

Ana Karoline de Freitas Nery*

karolnery20@hotmail.com

Elizangela Barbosa Cardoso**

elibcardoso@yahoo.com.br

* Mestre em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí (UFPI, Brasil).

** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil- PPGHB, da Universidade Federal do Piauí (UFPI, Brasil).

RESUMO:

Este artigo analisa a atuação médica e sua relação com o Estado, em Teresina, como resultado da incorporação de políticas públicas de saúde, ampliadas nas décadas de 1930 e 1940, a partir de projetos e de alianças, que possibilitaram a mediação do Estado na saúde, através do intermédio da Diretoria de Saúde Pública do Piauí e da gestão de médicos em instituições hospitalares, setores burocráticos e cargos de saúde. A metodologia utilizada consistiu na sistematização de bibliografia relativa ao tema e análise do jornal *Diário Oficial do Piauí*. Concluiu-se que o crescimento do protagonismo médico científico, se dava especialmente com a parceria estabelecida entre médicos e o Estado, que possibilitava que atuassem em instituições e nos órgãos burocráticos da saúde, assumindo cargos de diretores de saúde pública, médicos clínicos e na política. Simultaneamente, atuavam ainda em sociedades e associações médicas, revistas de medicina, consultórios e clínicas, aperfeiçoando saberes e agregando valor à atuação médica.

RESUMEN:

Este artículo analiza la actuación médica y su relación con el Estado en Teresina, a partir de la incorporación de las políticas públicas de salud, ampliadas en las décadas de 1930 y 1940, a partir de proyectos y alianzas, que posibilitaron la mediación estatal en el ámbito sanitario, a través de la intermediación del Consejo de Salud Pública de Piauí y la gestión de médicos en instituciones hospitalarias, sectores burocráticos y cargos sanitarios. La metodología utilizada se base en una sistematización de la bibliografía relacionada con el tema y el análisis del periódico *Diário Oficial do Piauí*. La conclusión es que el aumento del protagonismo médico-científico fue el resultado, especialmente, de la colaboración establecida entre los médicos y el Estado, que les permitió actuar en instituciones y órganos burocráticos de salud, asumiendo cargos de directores de salud pública, médicos clínicos y en la política. Al mismo tiempo, también trabajaron en sociedades y asociaciones médicas, revistas médicas, consultorios y clínicas, mejorando el conocimiento y agregando valor a la actuación médica.

ABSTRACT:

This article analyzes medical performance and its relationship with the State in Teresina, because of the incorporation of public health policies, expanded in the 1930s and 1940s, based on projects and alliances, which made it possible for the state to mediate in health, through the intermediation of the Board of Public Health of Piauí and the management of physicians in hospital institutions, bureaucratic sectors and health positions. The methodology used consisted of the systematization of the bibliography related to the theme and analysis of the journal *Diário Oficial do Piauí*. It was concluded that the growth of scientific medical protagonism occurred especially with the partnership established between physicians and the State, which enabled them to work in institutions and bureaucratic health bodies, assuming positions of directors of public health, clinical physicians and in politics. At the same time, they also worked in medical societies and associations, medical journals, offices and clinics, improving knowledge and adding value to medical work.

1. Introdução

O início do século XX no Brasil foi marcado pela crescente participação do Estado, sobretudo na área da saúde (Pereira Neto, 2001). Entre as décadas de 1930 e 1940, o Estado, através de políticas públicas de saúde, além de fortalecer a assistência aos doentes, com a criação de uma estrutura e funcionamento das instituições de saúde, atuava também em parceria com profissionais que auxiliavam no cuidado aos enfermos. Dentre esses profissionais, iremos nos ater a enquadrar a ligação do Estado com os Médicos.

Nas primeiras décadas do século XX, as ressonâncias do ingresso de médicos em instâncias cotidianas privadas e também públicas, especialmente no que concerne ao ato de curar, interferiram na relação cada vez mais intensa da atividade médica em projetos de estado. Com a regulação de políticas voltadas à saúde pública, médicos intervinham em variadas regiões do país, com debates sobre o progresso da “civilização”², saneando, diagnosticando, assistindo e cuidando. Esse processo ocasionou um conjunto de ações que permitiam o enquadramento de médicos como intérpretes do Brasil (Hochman & Lima, 2015).

Essas ações destinadas a averiguar a condição de saúde da população, eram em sua maioria, realizações empreendidas pelo Estado, operacionalizadas por médicos sanitaristas. Importante ressaltar que, a partir da década de 1910, com o movimento sanitarista, inicia-se a ampliação de políticas públicas destinadas à saúde, fortalecendo a presença do governo nas mais diversas regiões, minimizando o fortalecimento e o prestígio de oligarquias locais, principalmente no Nordeste, aumentando a parceria entre políticos, médicos, sanitaristas e higienistas (Hochman, 1998).

Contudo, o fortalecimento de medidas sanitárias se deu na década de 1930. Isto porque “os vínculos estabelecidos, durante os anos 1910-1920, entre as ações de saúde e os interesses políticos e econômicos nacionais, sofreriam importantes alterações com o governo Vargas” (Fonseca, 2007, p. 51). Foram ampliadas as políticas de saúde, a partir do surgimento de órgãos, do aumento de instituições, programas de saúde, que, na parceria estabelecida entre os interventores e os médicos, estenderam essas ações para os estados, dando início a uma burocratização do sistema de saúde pública (Batista, 2011).

A metodologia utilizada consistiu na sistematização de bibliografia relativa às produções que possibilitam compreender as alterações nas relações entre o Estado, políticas de saúde e o campo médico, no contexto das primeiras décadas do século XX, utilizando-se de autores tais como Pereira Neto (2001); Fonseca (2007); Hochman e Lima (2015); Cardoso (2010); Batista (2011) e Nery (2021). Com relação às fontes utilizamos como base de análise o Jornal Diário Oficial, periódico que circulava em Teresina durante o período abordado, possibilitando serem averiguados imprescindíveis pontos, como as notícias oficiais do governo, propagandas de consultórios e ações dos médicos, reformas estruturais realizadas na cidade e em instituições de saúde durante o período.

Assim, abordaremos, neste texto, a atuação médica e sua relação com o estado, em Teresina, como resultado da incorporação de políticas públicas de saúde, ampliadas nas décadas de 1930 e 1940, que a partir de projetos e de alianças, possibilitou a mediação do Estado na saúde, através do intermédio na Diretoria de Saúde Pública do Piauí e da gestão de médicos em instituições hospitalares, em setores burocráticos e em cargos de saúde. Simultaneamente a isso, a crescente notabilidade dada aos profissionais médicos, possibilitou que junto às ações empreendidas com o Estado, os mesmos fortalecessem sua presença em outros espaços

PALAVRAS-CHAVE

Médicos; Estado; projetos; alianças; Teresina.

PALABRAS CLAVE

Médicos; Estado; proyectos; alianzas; Teresina.

KEYWORDS

Physicians; State; projects; alliances; Teresina.

Recibido:
21/01/2023

Aceptado:
11/06/2023

privados, atuando em sociedades e associações médicas, revistas de medicina, consultórios e clínicas, aperfeiçoando saberes e agregando valor à atuação médica.

2. Ações médicas e projetos de Estado em Instituições, Campanhas e Cursos de Saúde Pública

No Brasil, as duas primeiras décadas do século XX são marcadas por uma circulação e incorporação de ideias higienistas que vislumbravam atingir a população residente nas cidades do centro e nas localidades mais longínquas do país. De acordo com Cristina Fonseca, vários médicos e sanitaristas vinculados a instituições de pesquisa empreenderam viagens científicas pelo Brasil, articulados pela Campanha do Saneamento Rural, que criou o Serviço de Profilaxia Rural em 1918, e trouxe uma interpretação referente aos problemas de saúde do país e de sua população, dando destaque à importância do saneamento rural para o desenvolvimento da nação (Fonseca, 2007).

Quais seriam, porém, os fatores que levaram médicos e sanitaristas a se empenhar nessas campanhas pelo saneamento rural em regiões tão distantes e muitas vezes até desconhecidas? Um dos pontos que percebemos é que essas ações eram direcionadas ao controle e conhecimento de diversas doenças, que em determinadas regiões manifestavam-se de maneira endêmica, ou se alastravam com facilidade pelo país, gerando surtos epidêmicos. Nesse contexto, “as endemias rurais e as doenças transmissíveis mantiveram-se, entretanto, como principal foco dos agentes públicos, e muitas vezes definiram prioridades e orientaram as estratégias de ação e o perfil da população-alvo das políticas públicas de saúde” (Fonseca, 2007, p. 51). Um outro ponto que deve ser considerado é que:

O debate nacional em torno da questão sanitária, emergente dos círculos médicos e políticos, pretendia dar conta da problemática da consolidação nacional. Mais que curar as moléstias que vitimavam milhares de brasileiros pelo sertão, buscava-se a legitimação da nacionalidade brasileira entre aqueles brasileiros sem brasilidade (Batista, 2011, p. 15).

Com o governo Vargas, as doenças e endemias não seriam mais preocupações apenas de sanitaristas e médicos, elas seriam inseridas “em um projeto mais amplo de definição de políticas públicas de saúde, conduzido por um organismo nacional de nível ministerial e agregando novos atores como burocratas e políticos atuantes no Congresso Nacional” (Fonseca, 2007, p. 52). Segundo Batista, “no início da década de 1930, o Brasil possuía uma infraestrutura de atuação da saúde pública em parte de seu território. A década de 1930 herdou da Primeira República todo o aparato estatal montado no campo da saúde pública” (Batista, 2011, p. 16).

Nesse contexto de mudanças, o ano de 1931 marca a reorganização da Diretoria de Saúde Pública do Piauí. Embora deficitária e destinada a medidas que iniciariam naquele momento, a Diretoria evidenciava a relação de vários agentes do Estado, de órgãos e instituições, que, juntos, objetivavam interesses em comum. Esse modelo seguia o que era empregado em várias outras regiões, capitais e municípios do Brasil, na tentativa da criação de uma “ampla infraestrutura que contava com hospitais, centros de saúde e postos de higiene, ao lado da intensa formação de especialistas em saúde, formou uma verdadeira instituição da saúde no país” (Batista, 2011, p. 25).

Afirma Alvarenga que “esse amplo movimento de adequação das políticas sanitárias locais à orientação nacional já vinha sendo realizado desde os primeiros anos da década de 30, mas foi intensificado a partir de 1937” (Alvarenga, 2013, p. 141). E durante as décadas anteriores sobre a questão das políticas sanitárias, “um dos resultados concretos das ações da Liga Pró-Saneamento do Brasil (...), foi a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública³, aprovado pelo Legislativo em fins de 1919 e organizado por decreto-lei em 1920” (Hochman & Fonseca, 1999, p. 76).

Portanto, nesse contexto dos anos 1930, concomitante as mudanças ocorridas com a reorganização da Diretoria de Saúde Pública do Estado, com base as ações empreendidas pelo Departamento Nacional

de Saúde Pública, amplia-se o número de médicos em Teresina (Cardoso, 2010) e consequentemente a viabilidade de relações entre o corpo médico e o Estado, a partir das políticas de saúde que passam a ser ampliadas ao Piauí. Esse processo se deu a contar do ingresso de jovens em Faculdades, que ofertavam a formação acadêmica em Medicina e o consequente retorno para a capital. Os médicos atuantes em Teresina eram formados especialmente pela Faculdade de Medicina da Bahia e Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (Cardoso, 2010). A Lilian Moritz Schwarcz, ao analisar a Faculdade de Medicina da Bahia e a Escola Médica do Rio de Janeiro, destaca que as instituições, desde fins do século XIX, passaram por abordagens diversas, o que nos faz entender o quanto os interesses da classe médica modificaram-se, ao longo de períodos. Segundo a autora, na instituição baiana:

A discussão sobre a higiene pública (que implicava uma grande atuação médica no dia a dia das populações contaminadas por moléstias infectocontagiosas) mobiliza boa parte das atenções até os anos 1880, nos anos 1890 será a vez da medicina legal, com a nova figura do perito – que ao lado da polícia explica a criminalidade e determina a loucura –, para nos anos 1930 ceder lugar ao ‘eugenista’, que passa a separar a população enferma da sã (Schwarcz, 1993, p. 248).

Já a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro seguia em outro rumo com suas tendências. “Os médicos dessa instituição buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas “higiênicos” (Schwarcz, 1993, p. 248).

No Piauí, devido ao fato de boa parte dos médicos formados, na década de 1930 e 1940, possuir preparação profissional em uma das duas instituições, as tendências presentes seguiam, muitas vezes, os passos da escola baiana, com ideais eugenistas, fazendo programas que se empenhavam em separar as pessoas enfermas das sãs, e também os passos da carioca, com a descoberta de doenças, que passariam a ser sanadas com a intensificação de programas higiênicos. Ambas as estratégias foram bem marcantes nas alianças entre médicos e Estado, no Piauí.

Junto ao Estado, o corpo médico da capital estabelecia parcerias, promovendo o fortalecimento de práticas que eram voltadas, não somente para a cura, mas também para a medicalização⁴ e profilaxia de doenças. “O incremento do papel intervencionista do Estado, portanto, trazia em seu bojo, simultaneamente, o poder de ampliar e de reduzir a oferta de trabalho para o médico” (Pereira Neto, 2001, p. 123).

Esse crescimento do número de médicos em Teresina ocorreu gradualmente. Importa destacar também que, no início dos anos 1920, poucos eram os médicos que trabalhavam em Teresina (Cardoso, 2010), existindo uma forte presença de outros praticantes de cura. Nesse período era comum discussões voltadas à legitimação médico científica, circulando críticas médicas, em torno dos demais praticantes de cura, afirmando que “curandeiros, benzedores, feiticeiros e falsos doutores existem apenas para os povos ignorantes e primitivos” (Gaio, 1933, p. 1).

Devemos levar em conta que por toda a parte do Brasil havia outros conhecedores de práticas de cura que, durante muitos anos, praticavam seu ofício na cura e no cuidado de pessoas e, que, mesmo sendo perseguidas pelo saber médico científico, havia a procura por aqueles que aceitavam e consideravam-se curados por tais práticas, tão remotas quanto à medicina praticada por médicos.

Ao longo dos primeiros anos do século XX, o serviço médico na capital era ofertado gratuitamente na Santa Casa de Misericórdia⁵, que possuía uma organização própria. Em anos anteriores à década de 1930, devido às dificuldades que a instituição tinha em se manter ativa, muitas eram as discussões sobre a necessidade do aumento do número de médicos no estabelecimento, que chegou a contar, nesses anos, apenas com dois e que eram exclusivos em clínica médica (Estatutos..., 1932, pp. 5-12).

Durante o ano de 1931, ocorreu a reorganização da Diretoria de Saúde Pública do Piauí. Embora deficitária e destinada a medidas que iniciariam naquele momento, a Diretoria evidenciava a relação entre médicos e

agentes do Estado, de órgãos e instituições, que, juntos, objetivavam interesses em comum. Esse modelo seguia o que era empregado em várias outras regiões, capitais e municípios do Brasil, na tentativa da criação de uma “ampla infraestrutura que contava com hospitais, centros de saúde e postos de higiene, ao lado da intensa formação de especialistas em saúde” (Batista, 2011, p. 25).

A criação do Instituto Alvarenga (1932), Centro de Saúde (1938), do Instituto de Assistência Hospitalar (1941) e do Hospital Getúlio Vargas (1941), possibilitaram a intervenção de médicos com especializações variadas.

Além do exercício da cura em instituições de saúde, os médicos atuavam na tentativa da profilaxia de algumas doenças, promovendo campanhas e conferências para alertar a população sobre hábitos condenados pela classe. Portanto, nesse período, foram promovidas pela Diretoria de Saúde Pública conferências médicas, em parceria com o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em promoção com as Ligas da semana antialcoólica. Em 1932, uma das conferências foi feita pelo médico Freire de Andrade sobre a tuberculose, alcoolismo e sífilis, proferida no cinema Olímpia (Andrade, 1932, pp. 6-9). No mesmo ano, a conferência “Alcoolismo individual e hereditário na criança” foi proferida pelo médico Oséas Sampaio, na Escola Normal (Sampaio, 1932, p. 1). E a última da série sobre alcoolismo foi realizada pelo médico Pires Gaioso, também no cinema Olímpia (Gaioso, 1932, p. 12). O conteúdo das palestras visavam a prática da Medicina Preventiva, em suma, eram referentes à profilaxia de doenças, à promoção de hábitos considerados higiênicos, bem como à preceitos de moralidade relacionados as relações sexuais e ao alcoolismo e destinadas ao público que buscava espaços públicos para o tratamento, sendo em sua maioria mulheres e crianças pobres.

Essas conferências passaram a ser constantes durante a década de 1930, em parceria com o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Em 1935, teve enfoque a Semana da Educação, trazendo como destaque a conferência proferida pelo Dr. Lindolfo Rêgo Monteiro sobre a higiene e a paz mundial, no palácio da Escola Normal (Monteiro, 1935).

Na medida em que um campo médico passava a se constituir na capital, o governo, a partir da Diretoria de Saúde Pública, além das campanhas e conferências, investia em cursos de higiene e saúde, para médicos que estavam à frente desses serviços. Dessa forma, durante os anos de 1936 e 1937, foi enviado para participar do Curso de Higiene e Saúde Pública o médico Dr. Candido Silva, que era o então chefe de serviço do Instituto Alvarenga, espaço criado em 1932, encarregado de ser o centro de investigações científicas do Estado (Diretoria de Saúde Pública, 1938).

Uma das grandes inovações ofertadas pelo curso de Higiene e Saúde Pública estava no aperfeiçoamento em relação à Prática da Medicina Preventiva e em Higiene e Saúde Pública. Seguindo as palavras do Dr. Cândido Silva, o curso tinha como finalidade solucionar as “deficiências existentes entre os médicos enviados pelos diversos estados, no que toca à boa prática e interpretação de dados laboratoriais, visto não terem o curso de aperfeiçoamento realizado periodicamente no Instituto Oswaldo Cruz” (Diretoria de Saúde Pública, 1938, pp. 5-11). O curso, a partir do aperfeiçoamento em Higiene e Saúde Pública, lançou uma variedade de especificidades médicas, a partir de aulas teóricas e práticas.

As alianças entre médicos e ações de saúde pública implementadas pelo estado efetivavam-se ano após ano no decorrer da década de 1930. Em 1941, mediante os processos de qualificação, foram veiculadas ideias referentes à realização de um Curso Intensivo de Saúde Pública, na capital. Visava-se trazer para o Piauí “pessoas de reconhecida competência e notoriedade, a fim de realizarem aqui cursos de aperfeiçoamento, para os quais já se conta com a boa vontade da classe médica” (Associação Piauiense de Medicina, 1941, p. 16). Os médicos ainda deixaram claro que a realização desses cursos traria “aumento das nossas possibilidades, pela atualização dos profissionais, e terá, intrinsecamente, grande significação de propaganda” (Associação Piauiense de Medicina, 1941, p. 16).

Assim, o Curso Intensivo de Saúde Pública foi realizado na capital entre os meses de julho a outubro de 1943, quando vieram lecionar especialistas do Rio de Janeiro, Fortaleza e Maranhão, entre os quais o engenheiro sanitário, Dr. Barreto Gonçalves, da Divisão de Organização Sanitária (Curso intensivo de saúde pública,

1943). Logo após o evento e aproveitando a presença das autoridades presentes, também foi “ministrada a primeira aula de Bioestatística, pelo Dr. Paulino Pinto de Barros, Diretor Geral do Departamento de Saúde do Estado e regente da mencionada disciplina” (Curso intensivo..., 1943, p. 8).

Durante o Curso Intensivo de Saúde Pública foi lecionada a cadeira de nutrição pelo Dr. Oswaldo Costa, que era técnico do Departamento Nacional de Saúde e tinha chegado recentemente dos Estados Unidos, “onde fora aperfeiçoar-se em assuntos nutricionais, que constituem hoje o maior problema social” (Curso intensivo..., 1943, p. 8).

Além da cadeira de nutrição oferecida, o curso contou com aulas práticas e teóricas de Bioestatística e Organização Sanitária, a cargo do Dr. Paulino Pinto de Barros; Microbiologia, com o Dr. Francisco Machado Lopes; Parasitologia, com Dr. Salomão Fiquene; Higiene Infantil, com Dr. Olavo Correia Lima; Epidemiologia, com Dr. Candido de Oliveira e Silva; Higiene do Trabalho, com Dr. Miguel Martins; e Engenharia Sanitária, com Dr. Antonio Gonçalves Barreto (Curso intensivo..., 1943).

As alianças entre médicos e o estado ocasionaram também o estabelecimento de datas comemorativas à Saúde Pública. Em 1944, foi realizado, em Teresina e em outros municípios do Estado que continham unidades sanitárias, o Dia Pan-americano da Saúde. Na oportunidade, foram discutidas questões referentes a conselhos sobre higiene e medicina preventiva. Houve também o encerramento do curso de guardas, promovido através de acordos com o Departamento de Saúde Pública. Participaram da solenidade vários médicos da capital e chefes políticos (Nery, 2021).

Nesse período, algumas instituições colaboravam com as medidas implementadas pelos médicos e o Estado para o tratamento e a prevenção das doenças venéreas, dentre elas o Exército, que se aliava a campanhas prevenindo os militares. O Dr. Anastácio Madeira Campos falou sobre a “profilaxia das doenças venéreas, tendo às 11 horas, falado no Quartel do 25 BC, sobre o mesmo assunto, o Dr. Otto Soares, distribuiu por essa ocasião, farta quantidade de material para prevenção das doenças venéreas” (Departamento de Saúde do Piauí, 1944, p. 8). De acordo com Bernardo de Sá Filho, “o Setor de Saúde do 25º Batalhão de Caçadores distribuía mensalmente uma pomada para os soldados usarem antes da relação sexual, como forma de evitar a contaminação de alguma doença sexualmente transmissível” (Sá Filho, 2006, p. 135).

Participaram do Dia Pan-americano da Saúde, os chefes das unidades sanitárias dos seguintes municípios: Parnaíba, Floriano, Picos, Oeiras, União, Bom Jesus, Campo Maior, São João do Piauí, Luzilândia, Barras, Amarante, Berlengas e Piracuruca (Departamento de Saúde do Piauí, 1944).

O Dia Pan-americano da Saúde era mais uma das iniciativas promovidas pelo Estado e pelos médicos. Ficou explícito que um dos principais interesses do evento era a integração dos municípios, expondo as medidas postas em práticas por médicos e o governo. Dessa forma, a relação médica e política via-se crescente e fortalecida no cotidiano, a partir da política empregada pelo Estado, em que os médicos seriam um dos agentes da relação estado-povo. O fortalecimento de ações que propiciavam à população melhores condições de saúde foi uma das estratégias promovidas pela aliança entre médicos e Estado.

3. Atuação médica em sociedades, associações e na *Revista da Associação Piauiense de Medicina*

A legitimação e o crescimento médico em Teresina, além da relação com o Estado na atuação em cargos públicos de saúde e instituições hospitalares, se dará também, no nível da direção de serviços, que constituíram aos médicos esferas de prestígio e de poder na sociedade (Pereira Neto, 2001).

No início da década de 1930, os médicos que já possuíam uma carreira consolidada e os recém-formados, reuniam-se em agrupamento como sócios, em um órgão denominado Centro Médico do Piauí (Centro Médico do Pauai, 1934). As reuniões do Centro Médico do Piauí agregavam “médicos que trabalhavam

na cidade, discutiam problemas de saúde pública e buscavam fomentar o conhecimento na área médica” (Cardoso, 2010, p. 448).

Ainda de acordo com a autora, “nesse período foi recorrente a publicação no *Diário Oficial* de notas relativas às atividades do Centro Médico” (Cardoso, 2010, p. 448). Há época a revista da Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia não havia sido lançada ainda, portanto os médicos recorriam às publicações de artigos em formato de notas no referido jornal. O grupo de médicos que se agregava nesses encontros costumava travar discussões em torno de análises sobre modalidades médicas, aplicando uma prática escriturística⁶. Como exemplos dessa prática, citamos as publicações “Leituras sobre Parátipo em Teresina” (Centro Médico..., 1931, p. 5), “Comentários em torno de um olho artificial móvel” (Centro Médico..., 1931, p. 5), “Das varizes e seu tratamento” (Centro Médico..., 1932, p. 8). Havia também aqueles que possuíam cargos dentro do estabelecimento, tais como presidente, vice-presidente, secretário-geral, primeiro e segundo-secretário, tesoureiro e orador (Centro Médico..., 1932)⁷. A instituição organizava-se de forma que fosse conferido prestígio e reconhecimento ao grupo e levasse ao debate questões que se enquadravam na prática e aprendizagem médica, para que fossem discutidas coletivamente.

Durante as décadas de 1930-1940, ampliava-se a presença e a rede de valores dos serviços médicos em Teresina, possibilitando a atuação desses profissionais em instâncias privadas instaladas por especialistas para o exercício clínico e cirúrgico, a mencionar o Instituto Policlínico do Piauí, espaço criado nos primeiros anos da década de 1930, que ofertava serviços clínicos a partir de especialidades variadas e por valores razoáveis. Localizava-se o referido instituto na rua Álvaro Mendes, no centro da cidade. Dispunha de serviços variados, além de atender a associados, prestar plantões noturnos e atender a chamados para o interior. Durante as quintas-feiras, prestava atendimento com valor inferior aos outros dias (Instituto policlínico do Piauí, 1933).

O diferencial oferecido pelo Instituto estava na oferta dos serviços médicos por valores acessíveis ao público adoentado e a oportunidade de médicos que não prestavam serviços ao Estado, poder exercer a profissão em consultórios coletivos do Instituto Policlínico. Devido à variedade de especialistas, os serviços médicos ofertados eram amplos, dentre eles:

Serviços médico-cirúrgicos, partos, doenças dos olhos, nariz, garganta e ouvidos, vias urinárias, doenças das senhoras, doenças nervosas e mentais, doenças das crianças, sífilis e doenças venéreas, eletricidade médica, diatermia, eletro-coagulação, etincelagem, raios ultravioletas e infra- vermelhos, galvano cauterização etc. (Instituto..., 1933, p. 5).

O Instituto Policlínico ainda dispunha de laboratório, que ofertava “microscopia; exames de urina; sangue; pus; escarro, fezes, muco nasal, exsudatos e transudatos” (Instituto..., 1933, p. 5).

Além da parceria estabelecida entre os médicos no Instituto Policlínico, a atuação de médicos especialistas se dava também em clínicas e consultórios particulares. Conforme destacou Livia Suelen Moraes, a “aceitação da autoridade médica ainda que tributária do processo de institucionalização fora fruto do desenvolvimento de estratégias diversas, incorporadas em diferentes ritmos” (Moraes, 2014, p. 71). Portanto, durante as décadas de 1930 e 1940 era comum que periódicos veiculassem propagandas de clínicas e consultórios médicos da cidade, o que evidencia o crescimento da “quantidade de médicos em Teresina e que estes profissionais estavam usando os jornais como forma de divulgar a sua ação, tendo em vista criar uma clientela e legitimar um saber” (Moraes, 2014, p. 68).

Com a divulgação das especialidades e a demanda cada vez mais específica da atividade médica na capital, promovia-se a oferta de serviços voltados à promoção da qualidade e ao prolongamento da vida, com a prevenção de doenças e a conservação da saúde.

Na capital, durante esse período, as clínicas médicas e instituições de saúde atuantes não ofereciam uma modalidade de serviço destinada a “Exames de saúde periódicos”. Em 1937, o Dr. Francisco Machado Lopes

foi diplomado com o curso de especialização nessa área, pelo Prof. Dr. Oscar Clarck, no Rio de Janeiro. Imbuído de informações e com a formação recente na área, no mesmo ano, o médico instalou em Teresina uma clínica, que inaugurava o serviço de exames periódicos. A inauguração de sua clínica “obteve um cunho de expressiva altitude, a ela comparecendo altas autoridades, a maioria do distinto corpo médico da Capital, representantes da imprensa e inúmeros amigos pessoais do notável facultativo” (Lopes, 1937, p. 1).

A oferta desses serviços diferenciados na capital, especialmente o de exames periódicos de saúde, fazia com que alguns hábitos passassem a surgir em relação à população nos segmentos médios. Nas palavras do Dr. F. Machado Lopes, em sua clínica, passaram a ser explanados pelos pacientes “a velha e debatidíssima questão em torno da escolha dos diversos elementos que normalmente devem fazer parte da alimentação do homem” (Lopes, 1938, p. 1). Sendo assim, o médico publicou, no *Diário Oficial* de 17 de fevereiro de 1938 o texto intitulado “Conselhos práticos sobre a alimentação do homem sadio” (Lopes, 1938).

O cuidado em evitar determinadas doenças, principalmente as que giravam em torno das práticas alimentares inadequadas, fez com que o médico apresentasse “o valor e as propriedades de cada um dos principais elementos que devem fazer parte integrante da alimentação do homem normal” (Lopes, 1938, p. 1). Esse discurso, voltado para os cuidados com a saúde do homem, fazia parte das medidas implantadas pelo governo Varguista, que orientavam que os cuidados com a saúde iniciavam desde a infância. O interesse do governo era que os indivíduos permanecessem fortes e saudáveis, portanto, propícios ao trabalho (Marinho, 2018).

Entre o conjunto de estratégias desenvolvidas pelos médicos visando à legitimação de seus saberes e poderes, formou-se a Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia e a Revista da Associação Piauiense de Medicina (Moraes, 2020). A instituição foi criada em dezembro de 1938. Dentre seus objetivos, contava o incentivo ao aperfeiçoamento do saber médico” (Cardoso, 2010, p. 448). A criação da Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia intensificou os discursos médicos em torno das doenças, da saúde, das medidas destinadas para casos específicos de saúde pública. As sessões que reuniam os médicos associados geralmente ocorriam no Edifício da Faculdade de Direito (Associação Piauiense de Medicina, 1939), onde debatiam sobre variadas questões que englobavam as suas práticas e promoviam conferências públicas, ofertando à população alguns conhecimentos sobre os problemas de saúde que as atingia. Conforme Cardoso, “a associação aspirava manter os profissionais da área integrados à renovação dos conhecimentos médicos” (Cardoso, 2010, p. 449).

Antes da atuação da Associação de Medicina e Cirurgia do Piauí, funcionava a Sociedade Piauiense de Medicina e Cirurgia. Na organização em torno desse órgão, os médicos reuniam-se e faziam debates voltados para a educação sanitária, assistência médica, comunicações livres e sobre a realização da semana médica, oportunidade em se reuniam médicos do interior do Estado (Cardoso, 2010).

A Associação constituía-se ainda, como um espaço de concretização das relações estabelecidas entre médicos e o Estado. Nas reuniões da Associação, o apoio do Estado em relação aos médicos era evidente, quando, em ato de agradecimento, foi mencionada pelo Dr. Lineu Araújo a presença do médico e interventor federal Leônidas Melo, e o reconhecimento ao “gesto de mandar imprimir pela Imprensa Oficial a *Revista da Associação Piauiense de Medicina*. O Dr. Linneu Araújo ressaltou a significação desse ato como fator do desenvolvimento da cultura em nosso meio” (Associação..., 1939, p. 12). A *Revista da Associação Piauiense de Medicina* trazia em seus números os trabalhos técnicos dos médicos colaboradores, bem como divulgava notícias sobre questões que envolviam diferentes aspectos da saúde no Estado.

Outro destaque para a Associação estava no interesse em receber as revistas nacionais especializadas em medicina e averiguar quais tipos de notícias eram divulgadas. Dentre elas, estavam *Revista Brasileira de Tuberculose*, *Revista Paulista de Tisiologia*, *Anais Brasileiros de Ginecologia*, *Arquivos de cirurgia clínica e experimental*, *Brasil Cirúrgico* *Anais brasileiros de Dermatologia e Sifilografia* (Associação..., 1940).

A inspiração para a criação e o desenvolvimento da *Revista da Associação Piauiense de Medicina* foi a *Revista Imprensa Médica*, periódico quinzenal de medicina e cirurgia, publicado no Rio de Janeiro e que

dispunha de amplo prestígio por ter colaboradores internacionais, como franceses e alemães, “que pela qualidade de suas colaborações, tornavam a *Imprensa Médica*, a maior e mais lida revista de medicina e cirurgia do Brasil” (*Imprensa médica*, 1937, p. 12).

As reuniões da Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia foram agregando valor e ampliando o número de médicos participantes. Em 1941, pela primeira vez, nas reuniões da Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia, foi evidenciada a presença de uma acadêmica em medicina (*Associação...*, 1941). Tratava-se de Rosa Amélia Tajra, que, na década de 1940, formou-se em medicina e atuava com especialidade na área de pediatria, além disso, foi a primeira mulher piauiense a alcançar o título de bacharel em Medicina. Ao retornar para Teresina, em 1944, “a cidade contava com o atendimento de quatro pediatras. No mesmo ano, foi nomeada médica especialista do Departamento Estadual da Criança, integrando-se ao quadro” (Cardoso, 2010, p. 450).

A partir da legitimidade das propostas e eventos realizados pela Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia, os médicos engajaram-se na divulgação da 2ª Semana Médica do Piauí, evento que ocorreu na mesma data da inauguração do Hospital Getúlio Vargas (1941). Um dos objetivos da 2ª Semana Médica era fazer aproximação com os médicos de outras regiões e, para isso, foram enviadas circulares para as associações médicas de Parnaíba e São Luiz, convidando-as a participar da ocasião que “oferecerá, ao mesmo tempo, a cada um, a oportunidade de transmitir aos outros as conquistas da própria experiência ou das cogitações pessoais, num intercâmbio de grande benefício coletivo” (*Associação...*, 1941, p. 8). Outro interesse era garantir “que se estudem os aspectos particulares de nossa situação em matéria de saúde pública e medicina social, num balanço honesto do que já foi feito e do que é preciso fazer” (*Associação...*, 1941, p. 8).

Durante o evento, não faltou oportunidade para evidenciar a relação estabelecida entre os médicos e o Estado. Sendo, portanto, realizada uma homenagem ao médico e interventor do Estado, o Dr. Leônidas Melo, sob a justificativa de que o chefe do executivo não há “poupado esforços no sentido de prestigiar e auxiliar a entidade de classe dos nossos profissionais da Medicina, cuja sede acaba de lhe ser entregue no majestoso edifício do novo Hospital” (*Associação...*, p. 12). Essas homenagens evidenciam o quão estreitas eram as relações entre médicos e Estado, naquele momento, em que a oportunidade da semana dos médicos trazia, entre seus fins, a promoção de atos políticos.

No evento, também, foram elencados os trabalhos científicos de médicos que compunham a Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia. Os assuntos dos trabalhos seguiam as mais variadas temáticas, sendo eles os seguintes: “Tratamento cirúrgico das feridas de guerra”, “Síndrome bulbar complexa, caso clínico”, “Assistência a infância no Piauí”, “Biliardiose Hepática”, “Higiene da habitação em Teresina”, “Surto de febre tifóide em Teresina”, “Considerações sobre a profissão do médico e a Legislação social brasileira”, “Considerações a propósito de um caso de Aneurisma da aorta abdominal”, “Cardiazol e Vitamina B1, na Córea de Huntington”, “Índice tuberculínico em Teresina, Fisiopatologia da Afetividade”, “A lepra do Piauí”, “Derrame pleural em consequência de pneumotórax terapêutico”, “Considerações a propósito da insuficiência Coronária”, “Considerações sobre os problemas atuais da otorrinolaringologia” (*Associação...*, 1941).

A partir dessas relações cotidianas em instituições, consultórios, clínicas e na Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia, fortificavam-se cada vez mais as relações entre os médicos da capital e a classe política em eventos e reuniões feitas no ambiente familiar, promovendo cordialidades entre os participantes. O corpo médico da capital, realizou, no ano de 1941, um coquetel dos médicos no palacete da família Ferraz, onde “quase todo o corpo médico, atualmente nesta capital, compareceu acompanhado de pessoas de suas famílias, bem como o Dr. Leônidas Melo, interventor federal e sua Exma. esposa” (Cock-Tail, 1941, p. 1).

O evento foi uma oportunidade para o interventor fazer um “ligeiro e elegante discurso de agradecimento e externou as suas simpatias e os seus votos de prosperidade à A. P. M” (Cock-Tail, 1941, p. 1). Os médicos de passagem pela capital, por conta da segunda semana médica, também se fizeram presentes e discursaram no coquetel, como o maranhense Clodomir Millet e o piauiense Afonso Ferreira, que atuava em São Paulo.

Durante o recorte apresentado constituiu-se uma oportunidade para o crescimento da atuação médico-científica na cidade, a partir da instalação de clínicas, consultórios e estabelecimentos públicos, que ofertavam a prática médica, bem como as sociedades, associações, cursos intensivos, que fortaleciam o interesse de uma legitimação dos saberes coletivamente.

4. Considerações Finais

A legitimação e crescimento médico em Teresina, se dará, sobretudo, durante os anos de 1930 e 1940, período em que foi ampliada a estrutura de funcionamento das instituições de saúde públicas e particulares na capital, acarretando no fortalecimento do cuidado e assistência à doentes. O crescimento do protagonismo médico científico, se dava especialmente com a parceria estabelecida entre médicos e o Estado, onde acabavam por atuar nas instituições e nos órgãos burocráticos da saúde, onde assumiam cargos de diretores de saúde pública, médicos clínicos e na política, ocupando inclusive cargos de interventoria do Estado.

Ademais a participação na vida pública, reuniam-se em agrupamentos como sócios, como o Centro Médico, em associações, em sociedades médicas e em clínicas e policlínicas e faziam conferências para a discussão de práticas do cotidiano médico. Constatamos que os médicos atuavam também na tentativa da profilaxia de algumas doenças, promovendo campanhas com conferências para alertar a população sobre hábitos condenados pela classe. Ainda na busca de prevalecer e fazer circular seus conhecimentos em detrimento das outras práticas de cura, criaram a Associação Piauiense de Medicina e Cirurgia e a *Revista da Associação Piauiense de Medicina*.

Para que se chegasse a essas ações entre médicos e o Estado que, quando empregadas, visavam atingir a um destaque positivo e de cunho nacional, sejam por vias econômicas, estruturais e de organização, foi preciso que, junto a reformas, inspeção dos órgãos e atuação profissional, fossem investidos recursos tangencialmente em instituições de saúde.

Portanto, conclui-se que o crescimento e a presença médica em Teresina, se deu a partir da ampliação e institucionalização de uma política de saúde pública, que marcou o Piauí, durante o governo varguista. E, na ampliação de uma rede de serviços particulares notabilizados em consultórios, clínicas e em associações coletivas que legitimavam o saber médico.

NOTAS

¹ Este texto integra a dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com o título *Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940*, pesquisa orientada pela Prof. ^a Dr.^a Elizangela Barbosa Cardoso, com financiamento CAPES. Tendo sido revisto e modificado para esta publicação.

² Nesse período era comum discussões em torno dos padrões de comportamentos que eram vistos como típicos do homem civilizado do Ocidente, dentre os quais destacava-se a procura por uma intensificação da higienização do corpo e da cidade para evitar a proliferação de doenças, vistos como padrões de civilidade. Segundo Norbert Elias, “O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização” (Elias, 2011, p. 23).

³ “O DNSP seria uma agência maior, mais complexa e mais centralizada que a finada Diretoria Geral de Saúde Pública, que tinha sua atuação restrita aos portos e à capital da República. A agenda de combate às endemias rurais e de resgate sanitário dos sertões seria implementada pela Diretoria dos Serviços de Profilaxia Rural (DSPR) através de convênios voluntários com os estados para a introdução de serviços federais de saneamento e combate às endemias” (Hochman, 1999, p. 76).

⁴ De acordo com Foucault, a medicalização da cidade ocorre a partir do século XVIII, em que, por intermédio da medicina social, ocorre a intensificação do processo de sanitização de várias cidades na Europa, e com isso, a incidência das intervenções médicas na procura por salubridade e erradicação das doenças. Para ele, “grande parte da medicina científica do século XIX tem origem na experiência da medicina urbana que se desenvolve no final do século XVIII”. Dessa maneira, entendemos que a intensificação da medicalização da sociedade se deu com a medicina urbana (Foucault, 2019, pp. 152-164).

⁵ Instituição criada em 1844, na então capital do Piauí, Oeiras, foi transferida para Teresina, quando da mudança da capital em 1852, sendo denominada como Hospital de Caridade. Somente em 1861 passou a funcionar com a denominação de Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. (Freitas, 1988); (Santos Júnior, 2003).

⁶ Segundo Certeau, a prática escriturística é um discurso disciplinador, que parte de um espaço institucionalizado

e que atua no corpo social procurando ordenar e dando racionalidade. Ao atingir a sociedade, visa definir comportamentos e legitimar-se. Domina, controla ou seleciona, segundo suas normas, todas e todos que não possuem esse domínio da linguagem (Certeau, 2007).

⁷ Em 1932 foram eleitos para esses cargos os seguintes médicos: Dr. Oséas Gonçalves de Sampaio, presidente; Dr. Francisco Freire de Andrade, vice-presidente, Dr. Raimundo Odorico Teixeira, secretário-geral; Dr. Francisco Pires de Gayoso, primeiro secretário; Dr. Raul Barata, segundo- secretário, Dr. Leônidas de Castro Melo, tesoureiro; Dr. Benjamim de Moura Batista, orador. (Centro Médico do Piauí, 1932, p. 4).

FONTES:

Andrade, F. de. (1932, fevereiro 2). Alcoolismo: Conferência. *Diário Oficial*. Teresina, ano 2, nº 28, 6-9.

Associação Piauiense de Medicina. (1941, abril 17). 2ª Semana Médica do Piauí. *Diário Oficial*. Teresina, ano 11, nº 86, p. 8.

Associação Piauiense de Medicina. (1941, novembro 26). Com a presença de numerosos... *Diário Oficial*. Teresina, ano 11, nº 262, p. 16.

Associação Piauiense de Medicina. (1941, fevereiro 18). *Diário Oficial*. Teresina, ano 11, nº 40, p. 12.

Associação Piauiense de Medicina. (1939, janeiro 28). *Diário Oficial*. Teresina, ano 9, nº 24, p. 12.

Associação Piauiense de Medicina. (1940, março 28). *Diário Oficial*. Teresina, ano 10, nº 71, p. 8.

Associação Piauiense de Medicina. (1941, maio 5). Instalação solene da 2ª Semana Médica. *Diário Oficial*. Teresina, ano 11, nº 97, p. 12.

Associação Piauiense de Medicina. (1941, maio 13). Sábado, realizou-se a última... *Diário Oficial*. Teresina, ano 11, nº 104, p. 8.

Centro Médico do Piauí. (1934, novembro 9). 2ª convocação de ordem do Sr. Presidente... *Diário Oficial*. Teresina, ano 4, nº 255, p. 8.

Centro Médico do Piauí. (1932, setembro 6). Das varizes e seu tratamento. *Diário Oficial*. Teresina, ano 2, nº 199, p. 8.

Centro Médico do Piauí. (1932, janeiro 2). Do Secretário Geral do Centro... *Diário Oficial*. Teresina, ano 2, nº 1, p. 4.

Centro Médico do Piauí. (1931, março 13). Leituras sobre Paratipo em Teresina. *Diário Oficial*. Teresina, ano 1, nº 56, p. 5.

Cock-Tail dos médicos. (1941, maio 12). *Diário Oficial*. Teresina, ano 11, nº 103, p. 1.

Curso intensivo de saúde pública (1943, julho 7). *Diário Oficial*. Teresina, ano 13, nº 87, p. 8.

Departamento de Saúde do Piauí. (1944, dezembro 9). O dia da saúde no estado. *Diário Oficial*. Teresina, ano 14, nº 151, p. 8.

Diretoria de Saúde Pública. (1938, fevereiro 3). Relatório apresentado ao sr. dr. Governador do Estado do Piauí pelo dr. Cândido Silva. *Diário Oficial*. Teresina, ano 13, nº 26, 5-11.

Diretoria de Saúde Pública. (1938, fevereiro 3). Relatório apresentado ao sr. Dr. Governador do Estado do Piauí pelo dr. Cândido Silva. *Diário Oficial*. Teresina, ano 13, nº 26, 5-11.

Estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. (1932, fevereiro 4). *Diário oficial*, ano 2, nº 30, 5-12.

Gaioso, P. (1933, janeiro 16). Contra o serviço médico gratuito. *Diário Oficial*. Teresina, ano 3, nº 12, p. 1.

Gaioso, P. (1932, outubro 8). Convite da última conferência... *Diário Oficial*. Teresina, ano 2, nº 225, p. 12.

Imprensa médica. (1937, março 10). *Diário Oficial*. Teresina, ano 7, nº 55, p. 12.

Instituto policlínico do Piauí. (1933, janeiro 9). *Diário oficial*. Teresina, ano 2, nº 6, p. 5.

Lopes, F. M. (1937, agosto 5). A inauguração de seu consultório médico. *Diário Oficial*. Teresina, ano 7, nº 173, p. 1.

Lopes, F. (1938, fevereiro 17). Conselhos práticos sobre a alimentação do homem sadio. *Diário Oficial*. Teresina, ano 8, nº 38, p. 1.

Monteiro, L. R. (1935, outubro 25). A Higiene e a paz mundial. *Diário Oficial*. Teresina, ano 4, nº 237, 1-4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alvarenga, A. V. M. (2013). *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí*. Teresina: EDUFPI.
- Batista, S. L. (2011). *Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo da saúde pública no Piauí*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
- Cardoso, E. B. (2010). *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920- 1960)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Certeau, M. D. (2007). *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Elias, N. (2011). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fonseca, C. M. O. (2007). *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Foucault, M. (2019). O nascimento da medicina social. In: M. Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, C. (1988). *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Hochman, G. (1998). *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Hochman, G., & Fonseca, C. M. O. (1999). O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In D. Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo* (73-94). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Hochman, G., & Lima, N. T. (2015). *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Marinho, J. Z. S. (2018). *“Manter sadia a criança sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945*. Jundiá: Paco Editorial.
- Moraes, L. S. S. (2014). *Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930- 1950)*. 2014. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
- Mores, L. S. S., & Cardoso, E. B. (2020). A revista da Associação Piauiense de Medicina e a atuação médica nas décadas de 1930 e 1940. In T. Queiroz, & P. V. C. Branco (Orgs.). *Páginas impressas: história, imprensa e política no Brasil*. São Paulo: Mentis Abertas.
- Pereira Neto, A. de F. (2001). *Ser médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Sá Filho, B. P. de (2006). *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. 2006. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
- Santos Junior, L. A. (2003) (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia de Medicina do Piauí.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.